

Uma análise dos conflitos e avanços do PAC durante o governo Lula retratados por meios das charges
An analysis of the conflicts and advancements of the PAC during Lula's government pictured by editorial cartoons



10.11606/2316-9877.2021.v9i2.174998

Rozinaldo Antonio Miani¹

Universidade Estadual de Londrina

Bruna Miyuki Enomoto Akamatsu²

Universidade Estadual de Londrina

Resumo


Tem como objetivo identificar e analisar os avanços e conflitos derivados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1, no contexto do governo Lula, lançado no início do segundo mandato do governo petista. O objeto de análise consiste na produção chágica sobre o referido tema, abordando as ambivalências decorrentes do PAC 1, analisada por meio da metodologia da análise do discurso chágico. As charges, por sua natureza dissertativa e ideológica, constituem valioso material para o entendimento da história brasileira, de modo a permitir uma rica interpretação do PAC, considerada uma das medidas mais controversas do governo Lula.


Palavras-chave: Governo Lula. PAC. Charges. Análise do discurso chágico.

Abstract

Aims to identify and analyze the advancements and conflicts arising from the Growth Acceleration Program (PAC) 1, in the context of the Lula's government, launched at the beginning of the second term of the PT government. The object of analysis consists of the cartoonist production on the referred subject, addressing the ambivalences resulting from PAC 1 and will be analyzed through the methodology of the analysis of the cartoon discourse. The editorial cartoons, due to their dissertative and ideological nature, constitute a valuable material for understanding Brazilian history, in order to allow a rich interpretation of the PAC, considered one of the most controversial measures of the Lula government.

Keywords: Lula government. PAC. Editorial cartoons. Analysis of the cartoon discourse.

¹ Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorado em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-Doutorado em Comunicação pela ECA/USP. E-mail: rmiani@uel.br.  <https://orcid.org/0000-0003-0014-316X>.

² Graduada do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq). E-mail: brunamiyuki9@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0002-9490-9535>.

Introdução

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em cerimônia oficial no dia 22 de janeiro de 2007 com a proposta de ser implantado no segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Este foi o único programa do governo Lula (2003-2010) com perspectiva de investimento em infraestrutura; porém, sua configuração gerou inúmeros julgamentos – tanto favoráveis, quanto desfavoráveis – à gestão petista, os quais se encontram descritos e abordados pelas charges.

As charges, por sua natureza dissertativa e ideológica (MIANI, 2012) e por expressar uma temporalidade determinada, apresentam os principais aspectos da história e da conjuntura social do país, dentre eles, os desdobramentos do PAC, retratando os conflitos e os avanços do Programa de Aceleração do Crescimento. É sobre esta produção discursiva que se desenvolve o presente trabalho, analisando, por meio das teorias da linguagem de Mikhail Bakhtin (2016), as relações ideológicas identificáveis no discurso chágico relativo ao PAC 1.

O artigo é resultado da iniciação científica “Análise da representação chágica do Programa de Aceleração do Crescimento” desenvolvida no contexto do projeto de pesquisa “Um novo traçado para o Brasil: análise do projeto social-desenvolvimentista do governo Lula (2003-2010) por meio das charges na imprensa brasileira” coordenado pelo professor Rozinaldo Antonio Miani e desenvolvido junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O horizonte teórico adotado busca apreender o discurso das charges selecionadas a partir da análise das condições sociais e políticas que envolveram o PAC, considerado um programa complementar ao modelo de medidas econômicas neodesenvolvimentistas que integravam o projeto político de conciliação de classes do governo petista.

1 - PAC: crescimento ou estagnação?

Em um escopo mais amplo, é possível afirmar que o PAC estabeleceu um conjunto de medidas cujo objetivo era o investimento em infraestrutura no país a partir de parcerias público-privadas. É importante ressaltar que o PAC foi

dividido em duas etapas: uma executada durante o segundo mandato do governo Lula (PAC 1) e outra durante o governo Dilma (PAC 2). O foco deste trabalho incidirá sobre o PAC 1.

João Sicsú (2007) aponta que o PAC foi responsável pelo estabelecimento de uma nova relação entre Estado e mercado, concebendo a promoção ativa do crescimento econômico a partir do setor público. Segundo o referido autor, trata-se de uma visão contrária à adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e, inclusive, diferente daquela adotada durante o primeiro mandato de Lula, os quais estabeleceram uma posição de não interferência no mercado por, dentre outros fatores, temerem o fenômeno de *crowding-out*, ou seja, a expulsão do investimento privado da economia por conta da ocupação do papel de investidor pelo Estado.

O autor afirma que, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento, o governo Lula apostou no *crowding-in*, ou seja, no prospecto de que o investimento público ampliaria o espaço do investimento privado, provocando o crescimento da economia brasileira. Assim, conforme registrado no site do Ministério do Planejamento, o objetivo do PAC seria: “[...] a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2019, p.1).

O investimento na área de infraestrutura, em especial no mercado da construção civil, aumentou as oportunidades de emprego. Segundo Maria Chaves Jardim (2015), a partir do início do PAC em 2007, o número de empregos teve significativa expansão no país. Em 2010, dados do balanço quadrienal do PAC indicavam um saldo líquido de 8,2 milhões de empregos gerados. As obras do PAC envolviam os níveis federal, estadual e municipal. No nível municipal, as prefeituras realizavam o cadastro das famílias vinculadas ao Programa Bolsa Família – programa que garantia o acesso das famílias mais pobres à renda complementar (CAMPELLO, 2013). A partir do cadastro, as contratações nas obras priorizavam trabalhadores de baixa renda vinculados ao Programa, alinhando o PAC à política de assistência social e contribuindo para a inclusão das populações mais pobres mediante a ampliação de renda.

Dentre as frentes de investimento que compõem o Programa, a de habitação é bastante notável. A partir da convergência da execução de obras do PAC com o

Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) houve uma difusão do acesso à casa própria no Brasil. O PMCMV foi criado em 2009 e visava atender famílias com renda de até 10 salários mínimos. No total, foram entregues 238 mil casas no Brasil até o final do segundo mandato do governo Lula.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, juntamente com a ampliação do acesso ao crédito em bancos públicos, foram fatores essenciais para amenizar os impactos da crise mundial de 2008 no Brasil. O PAC sobressaiu durante esse período, pois suas propostas criavam empregos e aumentavam a renda da população, estimulando o consumo e o crescimento da economia. Além disso, o Programa viabilizou a infraestrutura necessária para a expansão do setor privado no país com a construção de rodovias, usinas, hidrovias e aeroportos, essenciais para o desenvolvimento das indústrias.

Embora esse valor positivo não possa ser negado, é necessário ressaltar que os impactos do PAC não foram apenas profícuos. De acordo com Taíla Albuquerque Rodrigues e Evilásio Salvador (2011), a execução orçamentária do PAC foi ineficaz e a divulgação que o governo fez de dados de progresso não era correspondente aos resultados reais averiguados. Os autores demonstram que embora os dados oficiais do governo federal construíssem um cenário de sucesso e de conclusão quase absoluta das obras do PAC, nos quatro primeiros anos de vigência apenas 27,64% das obras haviam sido concluídas.

Em uma análise posterior, os economistas Cláudio Frischtak e Julia Noronha (2016) declararam ao jornal *O Estado de S. Paulo* que o Programa teve impacto limitado sobre o país; ambos ponderam que mesmo no ano de maior investimento do PAC (que foi em 2009) seu efeito foi pouco expressivo sobre a economia brasileira - com uma influência de apenas 1,45% sobre o PIB. Nessa mesma direção, para Reinaldo Gonçalves (2008) o objetivo de crescimento econômico do país que havia incitado otimismo no lançamento do Programa não foi alcançado.

Gonçalves (2008) ainda argumenta que a inoperância e a lentidão na execução de projetos do PAC, bem como a adoção de políticas de acesso a crédito que beneficiavam, principalmente, o setor primário – voltado para exportação – afetaram o fortalecimento do mercado interno e, conseqüentemente, comprometeram o crescimento da economia brasileira.

Diante desse cenário, os avanços do PAC são contrapostos a um padrão ineficaz de implantação e um conjunto de resultados incompatíveis com o discurso oficial.

2 - A conciliação de classes no governo Lula expressa no PAC

Embora seja reconhecido por seu projeto de distribuição de renda e desenvolvimento social, o governo Lula também foi marcado por uma política de conciliação de classes. Na “Carta ao povo brasileiro”, texto assinado por Lula durante o processo eleitoral de 2002, há um claro sinal do que seria o governo petista:

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país (SILVA, 2002, p.1).

Essa perspectiva de conciliação de classes, contudo, não foi bem vista pela base de apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) e é muito criticada também na literatura acadêmica. André Singer (2012) aponta que o PT nasceu na década de 1980 como um partido ligado às lutas contra a ditadura, em especial às lutas sindicais; portanto, esperava-se uma postura de oposição que fizesse frente aos interesses do capital e favorecesse os trabalhadores na gestão petista.

Porém, a partir das sucessivas derrotas eleitorais na disputa pela Presidência da República, em 1989, 1994 e 1998, o PT passou por uma reestruturação. Eurelino Coelho (2005), retomando o conceito gramsciano de “transformismo”, afirmou que, nesse processo de reestruturação, os principais dirigentes e intelectuais petistas negligenciaram a questão da luta de classes e estruturaram um partido para atuar colaborativamente na defesa da lógica e dos interesses capitalistas. Embora esse ajustamento ideológico tenha se afirmado explicitamente a partir das políticas econômicas do PT, é preciso ponderar e considerar que, no que se referiu às políticas sociais, o governo Lula concentrou seu enfoque na diminuição das desigualdades sociais.

Esse “equilíbrio” entre a tentativa de amenização das desigualdades sociais em benefício das classes trabalhadoras, por um lado, e a intensificação dos privilégios e garantias de acumulação econômica para os setores da burguesia, por outro, caracterizou o neodesenvolvimentismo, projeto econômico-

social adotado pelos governos petistas. De acordo com Giovanni Alves (2013), os governos Lula e Dilma podem ser designados como “pós-neoliberais”, pois embora não tenham aderido plenamente ao modelo neoliberal – como fez o governo FHC com políticas de austeridade econômica e de desestruturação de direitos sociais –, os governos petistas se mostraram alinhados a um projeto econômico inspirado em vários paradigmas próprios do neoliberalismo.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) questiona o uso do conceito neodesenvolvimentismo como pretensão de pleitear a continuidade do desenvolvimentismo, afirmando se tratar de um verniz para um projeto que promove a manutenção da ordem e que se encaixa perfeitamente dentro da política neoliberal de desestruturação do Estado, de financeirização de direitos sociais e de criação de uma estrutura estatal responsável pela garantia dos interesses do capital. O referido autor argumenta que a visão neodesenvolvimentista é falha ao vislumbrar um cenário conciliatório no qual todos os interesses seriam garantidos e o crescimento econômico e a modernização seriam considerados equivalentes ao desenvolvimento de um país. E é, justamente, dentro desse cenário de contradições que o PAC se insere.

Cleuza Santos *et al.* (2010) investiga a hipótese de que o PAC seria, antes de um Programa que promove o desenvolvimento e a inserção social, uma forma de prevalência dos interesses da burguesia brasileira. Ao analisar o orçamento do PAC, os autores apuram que a maior parte dos investimentos realizados ocorreu nas áreas de logística e de infraestrutura, ou seja, em projetos que beneficiavam essencialmente o setor industrial; poucos recursos haviam sido destinados a obras que visavam à melhoria das condições de vida da população. Deste modo, essa investigação concluiu que, no governo Lula, o PAC objetivava, primeiramente, promover a acomodação dos interesses do grande capital.

Essas afirmações são corroboradas por Rodrigues e Salvador (2011) que desvelam contradições do discurso oficial relativo ao PAC. Em sua análise, os autores constataam que as implicações do Programa para os direitos sociais não foram tão positivas quanto afirmava o governo. Nessa conjuntura, o primeiro aspecto a ser considerado é a arrecadação dos recursos para financiar o PAC que não contou, tanto quanto se esperava, com o investimento privado; os investimentos tiveram origem, primordialmente, nos recursos da estrutura pública. Além disso, em seu planejamento oficial (BRASIL, 2007), o PAC previa

algumas medidas que contradizem o discurso de “bem comum” adotado pelo governo Lula, como a proposta de uma reforma da Previdência (sucessora da reforma de 2003) e a isenção do pagamento de tributos destinados à Seguridade Social (composta por Previdência, Saúde e Assistência Social).

Para Luiz Soares Dulci (2013) ficava explícita a perspectiva de que as medidas econômicas neodesenvolvimentistas eram apresentadas oficialmente como um benefício para todos, de empresários a trabalhadores. Entretanto, as propostas do PAC contribuíam para um cenário de fragilização de direitos sociais. A reforma previdenciária propunha uma diminuição dos custos do governo com despesas de aposentadoria e de pensões de servidores públicos, de modo a transferir a responsabilidade da aposentadoria com o valor integral do salário da ativa para os indivíduos, acarretando no que Rodrigues e Salvador (2011) definem como uma “financeirização da aposentadoria pública”, enfraquecendo esse direito social e deixando o trabalhador sujeito às condições de juros e oscilações do mercado.

Além disso, os recursos destinados à Seguridade Social também ficavam comprometidos com a proposta do PAC de isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Esses são impostos repassados aos estados e municípios e devem ser obrigatoriamente aplicados nas áreas de educação e saúde; a partir da queda em suas arrecadações, o investimento nessas áreas também diminui.

Enfim, esses são apenas alguns aspectos que revelam as marcas de um projeto de conciliação de classes impulsionado pelo governo Lula e que tem no PAC uma de suas mais significativas expressões. Atentos à conjuntura social e econômica, os chargistas retrataram alguns desses aspectos de maneira crítica e contundente, porém com ludicidade e humor. Analisaremos a seguir algumas charges que tematizaram o PAC utilizando, para tanto, a metodologia da análise do discurso chágico.

4 - O discurso chágico sobre o PAC

A primeira charge selecionada é de autoria do chargista Cláudio e foi produzida em 2007, ano de implantação do PAC 1 (figura 1). A imagem retrata o então presidente Lula caminhando e segurando uma caixa de presente com o escrito

“PAC – Programa de Aceleração de Crescimento”. À sua frente, podemos observar a presença de um cidadão comum - por seus traços fisionômicos não o identificamos como uma figura pública; e também aparenta ser uma pessoa idosa. Com um ar reflexivo (olhos fechados e expressão serena) e uma entonação segura, Lula diz: “Agora vai!”. Em resposta imediata, com uma fisionomia pensativa, o homem replica: “Faz cinco anos que você diz isso!”.

Figura 1



Fonte: Disponível em: <https://www.bigorna.net/index.php?secao=lancamentos&id=1186551555>.
Autoria: Cláudio - Data: 08 de agosto de 2007

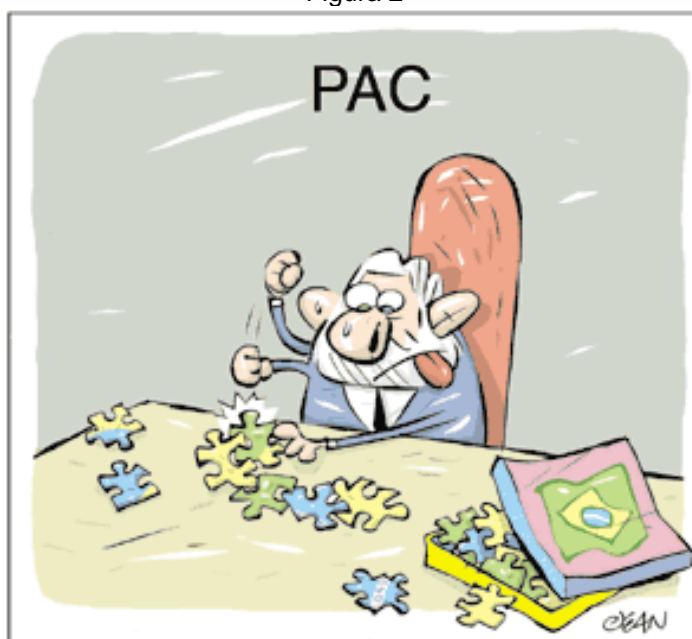
Essa charge foi produzida em um contexto social e político marcado pelas dúvidas que permeavam o governo Lula imediatamente após sua reeleição. Naquela época, de acordo com Dulci (2013), a gestão de Lula sofria diversos questionamentos relativos à sua política econômica, especialmente, em razão da alta taxa de juros e da estagnação econômica que caracterizaram seu primeiro mandato. Havia uma pressão geral para que o governo estabelecesse medidas macroeconômicas de estímulo ao consumo e de fortalecimento do mercado interno. Porém, o foco de seu primeiro mandato teria sido, segundo o próprio Lula, o alcance da estabilidade econômica para, posteriormente, aí sim, promover a expansão da economia brasileira.

Com o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento, as dúvidas quanto às mudanças prometidas – e desejadas pela sociedade – ressurgiram com força. Na charge, podemos constatar que a credibilidade de Lula estava sendo questionada, na medida em que a crítica explícita a suposta repetição de uma promessa antiga de crescimento econômico, mas que não havia sido cumprida de acordo com as expectativas criadas inicialmente pelo governo. Essa

reflexão, mediada pelo humor, estabelece uma relação de dúvida sobre a promessa da potencialidade do PAC e indaga a própria capacidade de Lula de estabelecer políticas que promovessem crescimento econômico. Ela apresenta um dos fatores mais abordados pelas charges relativas ao PAC, qual seja, se de fato após um período de estagnação econômica (herdado também das linhas austeras do neoliberalismo), o governo Lula seria capaz de promover mudanças compatíveis com suas promessas originárias.

A segunda charge a ser analisada foi produzida pelo chargista Jean e foi publicada na *Folha de S. Paulo* em 28 de janeiro de 2007 (figura 2). Essa imagem também se insere no contexto inicial de implantação do PAC. A charge apresenta Lula em um ambiente que aparenta ser seu gabinete presidencial brincando com peças de um quebra-cabeça cuja tampa da caixa tem a imagem da bandeira do Brasil sugerindo, portanto, que essa era a imagem a ser montada (as cores nas peças confirmam essa hipótese). O presidente é retratado com uma expressão angustiada enquanto, desajeitadamente, tenta montar o quebra-cabeça do Brasil. Acima da referida cena se encontra escrito “PAC”, dando título à imagem.

Figura 2



Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dbch28012007.htm>.
 Autoria: Jean - Data: 28 de janeiro de 2007

Trata-se de um retrato que expressa as contradições do PAC e, em um sentido mais amplo, da proposta de conciliação de classes do governo Lula. O Programa de Aceleração do Crescimento se constitui como uma das expressões

mais significativas desse conflito de interesses. Embora tenha auxiliado no crescimento da economia e na contenção parcial da crise de 2008 no Brasil - ao utilizar os recursos do Programa para a construção de infraestrutura e para o impulsionamento do crescimento industrial, com a consequente geração de empregos e o aumento do acesso à moradia com seu alinhamento ao PMCMV – o PAC continha em seu cerne aspectos que fragilizavam os direitos sociais, como já abordados anteriormente, como a reforma da Previdência e a isenção fiscal dos tributos PIS e COFINS, ambas as proposições apresentadas em seu planejamento oficial (BRASIL, 2007) como fatores necessários para a arrecadação de recursos. Além das proposições supracitadas, houve uma proposta de diminuição do valor do seguro social pago a trabalhadores lesionados ou doentes.

Nesse sentido, a charge de Jean é uma representação crítica – porém, lúdica – dos conflitos do projeto conciliatório petista. A explicação de Gonçalves (2008) sobre o que era o PAC se aproxima da metáfora da dificuldade em montar o quebra-cabeça, na medida em que o Programa se apresentava como um conjunto de projetos compilados e não um projeto orgânico e funcional de medidas cooperativas. Para o autor, a própria constituição do PAC não poderia ser considerada harmônica.

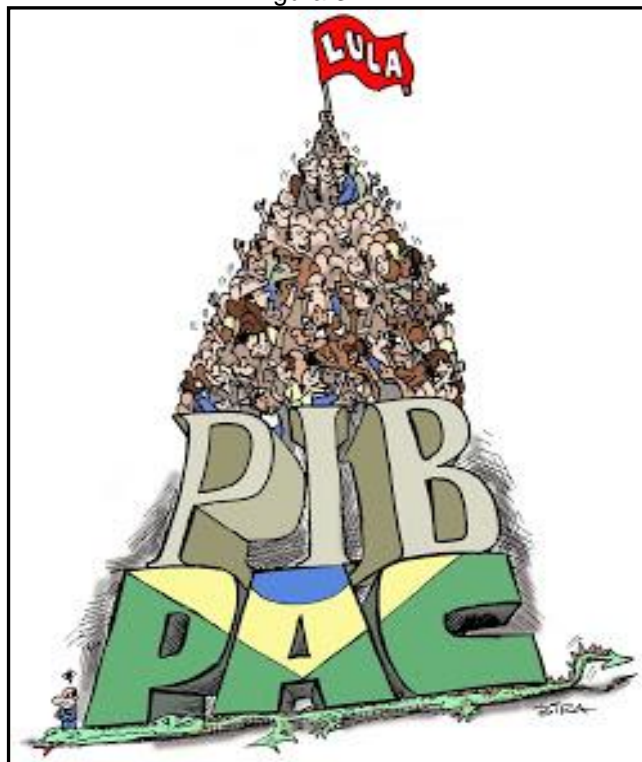
Ainda a respeito da referida charge, trata-se de uma representação dos conflitos do projeto econômico neodesenvolvimentista que, embora buscasse aplacar as desigualdades sociais, se encontrava dentro da lógica de estruturação da ordem neoliberal e que encontrava no PAC uma de suas principais expressões, na medida em que privilegiava em diversas ocasiões a permanência dos interesses da burguesia em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Por fim, podemos inferir que a dificuldade de Lula em conseguir montar o quebra-cabeça (em sentido literal, expresso na charge) representava a dificuldade do governo em administrar o quebra-cabeça (em sentido metafórico, na conjuntura política da época) das relações políticas e dos conflitos derivados do projeto de conciliação de classes que se apresentava, cada vez mais, de difícil harmonização.

Seguindo com nossas análises, apresentamos a próxima charge selecionada (figura 3). Trata-se de uma charge produzida por Bira Dantas em 2008 e que foi disponibilizada no *blog* do referido chargista (“Charges do Bira”). Bira é um

chargista que produz suas charges, majoritariamente, para o movimento sindical e para a imprensa alternativa e é, declaradamente, um defensor do Partido dos Trabalhadores.

Figura 3



Fonte: Disponível em: <http://chargesbira.blogspot.com/2008/09/>.
Autoria: Bira Dantas - Data: 24 de setembro de 2008

Na imagem, percebemos que os elementos formam uma espécie de pirâmide, tendo na base a sigla referente ao PAC, em cores da bandeira brasileira, esmagando um animal que parece ser o “dragão da inflação” (personagem recorrente na iconografia da imprensa sindical) e, no topo, uma bandeira vermelha com a palavra “Lula”. Entre a base e o topo vemos a sigla PIB (Produto Interno Bruto) e a imagem de uma multidão de pessoas comuns - homens, mulheres, negros, brancos, operários, representando a diversidade da população brasileira - alegres e formando um “bloco sólido” para sustentar aquele sujeito que, no ponto mais alto, segura a bandeira do “Lula”.

Conforme afirma Miani (2012), a charge se caracteriza pela vinculação com acontecimentos de um contexto histórico específico, sendo difícilimo compreendê-la sem antes compreender suas condições históricas de produção. Nesse sentido, torna-se fundamental associar esta charge à sua

contextualização, que remete à crise econômica de 2008, quando a falência do banco *Lehman Brothers* provocou um colapso na economia mundial. O referido banco tinha mais de um século de existência e era um dos maiores centros de investimento estadunidense. Com a sua quebra, empresas, investidores e bancos do mundo todo foram comprometidos; mais de 20 milhões de estadunidenses ficaram sem casa e, por todo o mundo, centenas de milhões de pessoas perderam o emprego, segundo divulgado por diversos veículos de comunicação à época.

Não se pode negar que o Brasil também foi impactado por esse processo, entretanto, os efeitos da crise mundial no país foram amenizados pelo investimento do governo Lula em políticas para promover o crescimento econômico. Enquanto em 2008 países desenvolvidos enfrentavam a retração de sua economia, o Brasil registrava crescimento de 5,1% do PIB. Como demonstra a charge de Bira Dantas, isso estimulou um otimismo na população brasileira. Dentre as políticas responsáveis por este fenômeno estavam a ampliação do acesso ao crédito e a redução de alguns impostos. Esse cenário, juntamente com políticas de ampliação de acesso à renda, incentivou o consumo da população brasileira, mesmo diante da crise que se abatia em nível internacional.

Dessa forma, compreende-se o otimismo de Bira Dantas ao representar o crescimento do PIB - expressão da riqueza e do desenvolvimento de um país - como sustentado pelo PAC. Inclusive, nessa mesma representação, o PAC teria sido responsável por conter o “dragão da inflação” e, também, numa outra possibilidade de interpretação, por conter o avanço do projeto neoliberal - afinal, o referido animal mitológico também é associado, na iconografia da imprensa popular e alternativa, ao neoliberalismo, conhecido como o “dragão do neoliberalismo”.

Ou seja, com essa charge, Bira fazia alusão ao suposto triunfo do governo Lula sobre um dos maiores problemas econômicos da sociedade brasileira e também considerava estar ocorrendo uma eventual ruptura com o projeto neoliberal. Sob essa perspectiva, o PAC inspirava um espírito de união e de otimismo na classe trabalhadora, a partir da geração de postos de trabalho, da ampliação dos programas de transferência de renda e do alinhamento com as políticas sociais - como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida - conformando o direcionamento discursivo adotado pelo chargista Bira Dantas.

Para Mikhail Bakhtin (2016, p.181) o discurso, tomado como “a *língua em sua integridade concreta e viva*”, se manifesta por meio de um material semiótico em que o signo se opõe a outro signo em uma relação de diálogo interindividual - no qual os indivíduos de uma sociedade compactuam com um determinado repertório de signos decorrente de suas realidades sócio-históricas. Um processo apurado por Bakhtin é o de incorporação do “discurso de outrem”, um fenômeno que “no contexto narrativo reflete as tendências sociais da interação verbal numa época e num grupo social dado” (2016, p.19). Nesse sentido, a charge analisada reflete a perspectiva do grupo político ao qual o chargista Bira Dantas se vincula, qual seja, o movimento sindical ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sob influência do petismo. Portanto, essa perspectiva discursiva expressa pela charge de Bira reconhecia a importância do PAC e do governo Lula para a classe trabalhadora e, por razões previsíveis, negligenciava certas incongruências do projeto econômico petista.

Em contraposição à perspectiva positiva de Bira Dantas, apresentamos a última charge a ser analisada, produzida pelo chargista Jean, e que retrata humoristicamente a recepção negativa do PAC, três anos após sua implantação (figura 4). A charge mostra, numa primeira cena, o presidente Lula em seu ambiente de trabalho (referência ao gabinete presidencial), acompanhando as notícias no jornal e recebendo a visita de algum de seus assessores que lhe traz informações sobre o PAC dizendo que o referido programa governamental “já provoca o crescimento de alguns setores”; ainda com aparência otimista o presidente pede ao funcionário que lhe conte sobre o assunto. A ruptura de expectativa - que dispara o efeito humorístico - é explicitado na segunda cena quando o funcionário detalha os tais índices de “crescimento”, todos relacionados com aspectos negativos: reclamações (14%), lamúrias (22%), choramingos (19%), críticas... Em síntese, essa charge revela que os resultados do PAC não estariam correspondendo ao anunciado otimismo do projeto econômico neodesenvolvimentista.

Figura 4



Fonte: Disponível em: <http://tomataria.blogspot.com/2010/08/pac-programa-de-aceleracao-de-criticas.html>. Autoria: Jean - Data: 11 de agosto de 2010

Com esta charge, o chargista incita o debate acerca dos resultados concretos do Programa de Aceleração do Crescimento em seus primeiros anos de vigência. Vale destacar que no mesmo ano em que a charge foi publicada, Lula anunciou a segunda etapa do PAC devido a atrasos nas obras; um dos principais argumentos apresentados pela equipe de governo foi que o tempo entre a divulgação da intenção de fazer uma obra e sua execução era muito grande em razão das dificuldades históricas impostas pelas burocracias relativas à fiscalização do Executivo.

Na cobertura midiática, as críticas recaíam sobre o atraso das obras e o repasse ineficiente de recursos da esfera federal às demais esferas de governo, além da acusação de que o PAC era utilizado pelo governo federal como ferramenta de negociação com governadores e prefeitos. Esse argumento se embasava no fato de o PAC funcionar entre as três esferas, repassando recursos com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Gonçalves (2008) aborda que o PAC acabava sendo instrumentalizado como elemento de negociação política, fazendo com que recursos fossem liberados em troca de apoio ao governo.

Um importante detalhe a ser registrado, e que reforça a natureza intertextual da charge (ROMUALDO, 2000; MIANI, 2005) é em relação ao título que acompanhou a charge quando de sua publicação no *blog* "Tomataria". "PAC:

Programa de aceleração de críticas” foi o título, reafirmando que a perspectiva discursiva apontava para a fragilidade do Programa tornando-o suscetível às críticas dos diferentes setores e classes sociais, corroborando com as considerações de que o PAC se constituiu como uma das medidas mais controversas do governo Lula.

5 - Considerações finais

Não restam dúvidas de que o governo Lula (2003-2010) representou uma importante experiência de gestão para os setores mais precarizados da sociedade brasileira, principalmente por sua proposta de desenvolvimento econômico associado à ampliação de políticas sociais e de transferência de renda. Nesse contexto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desempenhou um importante papel na medida em que se alinhava a um projeto de integração com programas de assistência, como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Contudo, por outro lado, o projeto econômico neodesenvolvimentista também representou a aplicação de uma política conciliatória com os diversos setores da burguesia nacional (e também internacional) e isso produziu conflitos insolúveis na perspectiva de consolidar o avanço e o desenvolvimento social que se esperava do Partido dos Trabalhadores, considerando sua trajetória histórica de defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

Nesse contexto, o PAC - como um programa estratégico do governo Lula - revela tais conflitos e se mostrou ambivalente em suas propostas de promoção do crescimento econômico e de desenvolvimento social. A sua configuração, e posterior aplicação, promoveu importantes investimentos em infraestrutura beneficiando o setor produtivo e também promovendo geração de empregos, porém não garantiu a plena satisfação das diversas frações da burguesia e também precisou sacrificar importantes direitos dos trabalhadores, principalmente, pela necessidade de arrecadação de recursos para capitalizar o Programa.

Atentos aos caminhos e descaminhos da conjuntura social e política da época, os chargistas nos brindaram com uma vasta produção de charges tematizando aspectos, direta ou indiretamente, referentes ao governo Lula e, particularmente, aos desdobramentos do PAC. O conjunto dessas charges

expressou de maneira crítica e humorística muitas das tensões, das contradições ou das incongruências derivadas dos impactos produzidos pela aplicação das medidas concernentes ao PAC e revelou os desdobramentos discursivos deste que foi um dos mais importantes programas do governo Lula durante o seu segundo mandato.

Neste artigo, selecionamos e analisamos algumas dessas charges e, a partir das reflexões apresentadas, verificamos que a representação do PAC apontou, predominantemente, para suas fragilidades e deficiências. Isso pode ser atribuído ao caráter crítico da charge que tende a tensionar a realidade social, provocando reflexão acerca das principais questões referentes à conjuntura social e política de um determinado tempo histórico. Vale destacar que muitas das questões retratadas pelos chargistas aqui analisados também foram abordadas por outros chargistas, inclusive, na produção chárstica derivada da implantação e da aplicação do PAC 2, como o atraso das obras e o uso político do PAC. Entretanto, esta produção deve ser analisada em seu contexto específico – qual seja, durante o governo Dilma e marcado por suas próprias contradições e ambivalências –, análises estas que pretendemos desenvolver em outra oportunidade.

Referências

ALVES, Giovanni. *Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil*. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>. Acesso em: 06 out. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

BRASIL, Ministério do Planejamento. *Sobre o PAC*. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61&ler=s881>. Acesso: 20 nov. 2019.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013. p.15-24.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

DULCI, Luiz Soares. *Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013

FRISCHTAK, Claudio; NORONHA, Julia. O fiasco do PAC e do País. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 abr. 2016. Editorial Estadão. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-fiasco-do-pac-e-do-pais,10000025270>. Acesso em: 19 out. 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. PAC: desaceleração e vulnerabilidade? *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 222, jan. 2008. Especial, p.8-11,

JARDIM, Maria Chaves. A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 165-187, jan/abr. 2015.

MIANI, Rozinaldo Antonio. *As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista*. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. *9ª Arte*, São Paulo, Observatório de Histórias em Quadrinhos da ECA-USP, v.1, n.1, p. 37-48, 1º. Sem. 2012.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. *Revista SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, nov. 2011.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: polifonia e intertextualidade*. Maringá, PR: Eduem, 2000.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, out/dez. 2012.

SANTOS, Cleusa; YAAKOUB, Melissa; COUTINHO, Luciano Rodrigues de Souza; MARCH, Cláudia. PAC: uma orientação neoliberal para as políticas sociais - gestão dos direitos ou dos negócios do social? *Revista Ser Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 116-146, jan./jun. 2010.

SICSÚ, João. *Após quatro anos, governo tenta mudar o rumo*. *Carta Maior* [site] Publicado em: 16 fev. 2007. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Apos-4-anos-governo-tenta-mudar-o-rumo/7/12590>. Acesso em: 19 out. 2019.

SILVA, Luis Inácio Lula da. *Carta ao povo brasileiro*. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.